

## APRESENTAÇÃO

Foi com imensa satisfação que organizamos o dossiê “Da escravidão ao pós-abolição: novas pesquisas, questões e debates”. Ao reunirmos em um único volume questões tão diversas sobre a experiência negra no Brasil ao longo da escravidão e do pós-abolição, procuramos abrir um espaço de debate historiográfico. Afinal, os artigos aqui selecionados contribuem para problematizar, tanto as perspectivas teórico-metodológicas e abordagens cristalizadas, quanto os campos temáticos específicos e linhas investigativas.

Este dossiê apresenta um conjunto de doze artigos. Como ponto de partida, o historiador italiano Matteo Giuli promove uma releitura do livro clássico *Cultura e opulência do Brasil*, do jesuíta italiano André João Antonil, abordando os dilemas entre escravos e senhores na condução dos engenhos açucareiros no Brasil colonial. No artigo seguinte, Carlos de Oliveira Malaquias e Ana Caroline de Rezende Costa discutem a questão das fugas de escravos na perspectiva dos senhores que publicaram anúncios no periódico mineiro *Astro de Minas*, entre 1827 e 1839.

Já Ilana Peliciari Rocha pauta a história das chamadas “escravas da nação”, distribuídas em vários estabelecimentos públicos no Brasil Imperial. Fábio Amorim Vieira e Gabrielli Debortoli, em artigo subsequente, investigam as medidas de controle social adotadas pelas autoridades de Santa Catarina na segunda metade do século XIX frente às experiências das populações de origem africana, atentando-se sobretudo para os códigos de posturas do período. Rodrigo Caetano Silva, por sua vez, examina o pensamento do político e jurista piauiense Antônio Coelho Rodrigues no contexto abolicionista, a partir de seu livro *Manual do súdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua majestade o Imperador*, publicado em 1884.

Em artigo que inaugura a seção dedicada ao pós-abolição, Petrônio Domingues, Cláudia Nunes e Edvaldo Alves indicam caminhos e possibilidades de pesquisa sobre Sergipe no período em que o “cativeiro se acabou”, reconstituindo diversas experiências de libertos no domínio do trabalho, da moradia, da sociabilidade, do lazer, em suma, no plano do cotidiano.

Abordando a passagem da escravidão para a liberdade, Marcelo Ferreira Lobo examina em seu artigo as discussões em torno da aprovação do regulamento do Serviço Doméstico em Belém, a capital Paraense, em 1889. Este regulamento foi uma tentativa de disciplinar o trabalho e os costumes dos empregados domésticos. Na sequência, Flavia Fernandes de Souza também foca suas lentes nessa temática, tecendo considerações acerca da história do serviço doméstico em suas relações com a história da escravidão e do pós-abolição.

No artigo posterior, Patrícia Urruzola analisa tanto os discursos dos ex-senhores da Corte para justificar a tutela de ingênuos (filhos de ex-escravas) entre 1888 e 1890, quanto a legislação sobre o assunto. Apoiando-se na documentação policial e jurídica, o artigo de Josemeire Alves Pereira, por seu

turno, perscruta a trajetória de um grupo de famílias negras que no pós-abolição se estabeleceram em Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, e entre 1913 e 1917 se envolveram em um conflito pelo direito sobre terrenos de uma fazenda herdada por seus antepassados da época do cativo.

Já Edinélia Maria Oliveira Souza aborda em seu artigo relações de gênero, discriminação racial e cultura política no pós-abolição, a partir de um episódio litigioso ocorrido na cidade de Santo Antônio de Jesus, Recôncavo Sul da Bahia, em 1929. No último artigo do dossiê, Beatriz Floôr Quadrado reconstitui aspectos da história do concurso denominado "Miss Mulata", criado na cidade de Arroio Grande (RS) em 1969.

Na seção de resenhas, Fabiana Schleumer passa em revista o livro *Cross-cultural exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the slave trade*, de Roquinaldo Amaral Ferreira, apontando a necessidade de diálogos entre os estudos sobre a escravidão no Brasil e as pesquisas relativas a Angola em perspectiva Atlântica.

Dossiês como este têm suscitado um canal de diálogo entre pesquisadores e auxiliado, quer na renovação dos estudos sobre escravidão, quer na consolidação do campo do pós-abolição. De uma época em que se percebia a invisibilidade da experiência negra na historiografia brasileira no período pós-escravista, nos deparamos agora com investigações criativas que, estribadas em sólida pesquisa empírica, discutem os significados da liberdade e a luta pela cidadania, revelam trajetórias (individuais e coletivas), mapeiam experiências de trabalho no ambiente rural e urbano, pontuam a inserção social e a participação política, cartografam a afirmação identitária, interrogam sobre a racialização da sociedade, reconstituem as relações de gênero e os laços familiares e associativistas, entre outros temas. Esta diversidade indica a potencialidade dessas novas pesquisas.

Vale ainda assinalar que este dossiê fomenta a construção de diálogos e conexões entre os campos de conhecimento – Escravidão e Pós-Abolição –, sem contudo negligenciar suas especificidades (continuidades e rupturas instituídas com o 13 de maio de 1888) em termos de contextos, problemáticas, objetos, fontes e narrativas, ou seja, em termos de agenda de pesquisa. A percepção de uma história plural, multifacetada e interseccionada tem, certamente, muito a ganhar com esta perspectiva de análise. Fazemos então o convite ao leitor para avaliar o resultado dessas novas reflexões.

17 de outubro de 2016.

Prof. Dr. Petrônio Domingues (UFS)  
Profª. Dra. Fabiana Schleumer (UNIFESP)  
ORGANIZADORES